

---

## Comunicação aplicada à Proteção e Defesa Civil: algumas reflexões<sup>1</sup>

Mônica Igreja do PRADO<sup>2</sup>  
Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF

### RESUMO

Este artigo elenca reflexões sobre a Comunicação aplicada à Proteção e Defesa Civil tendo como pano de fundo a Política de Proteção e Defesa Civil, instituída no Brasil em 2012, que estabelece o ciclo de atuação (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação) e traz como diretrizes a prioridade à prevenção e a participação da sociedade. As reflexões, que tomam como metodologia as pesquisas bibliográfica e documental, apontam ser a Comunicação Pública o referencial que sustenta a interface Comunicação e Política Pública, e permite compreendê-la como instrumento de gestão. Em apoio à gestão, as estratégias e técnicas de comunicação, requeridas para apoiar tanto a gestão de risco como a gestão de desastre, transitam do eixo mais informacional para o mais comunicacional e vice-versa. Esse trânsito requer uma multiplicidade de saberes e fazeres comunicacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** proteção e defesa civil; gestão do risco de desastre; gestão de desastre; comunicação pública; comunicação de risco.

### Introdução

Mais desastres à vista. E, por conseguinte, mais atuação dos agentes públicos de Proteção e Defesa Civil. O Sumário do Grupo I que integra o Sexto Relatório de Avaliação das Mudanças Climáticas (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado no dia 9 de agosto de 2021, aponta número cada vez mais elevado de eventos climáticos extremos e efeitos graves para o Brasil. Neste Sumário, o IPCC inovou trazendo cenários regionais e de curto prazo e eles indicam que haverá mais seca, mais calor, mais tempestades. O Observatório do Clima, entidade que reúne instituições da sociedade civil com foco em mudanças climáticas, preparou o Resumo Comentado e destaca que “em todos os cenários a marca de 1,5oC, limite mais ambicioso do Acordo de Paris, deve ser ultrapassado entre 2021 e 2040” (OC, 2021). O Sumário para Formuladores de Políticas aponta que haverá aumento em intensidade e frequência de eventos potencializadores de desastres.

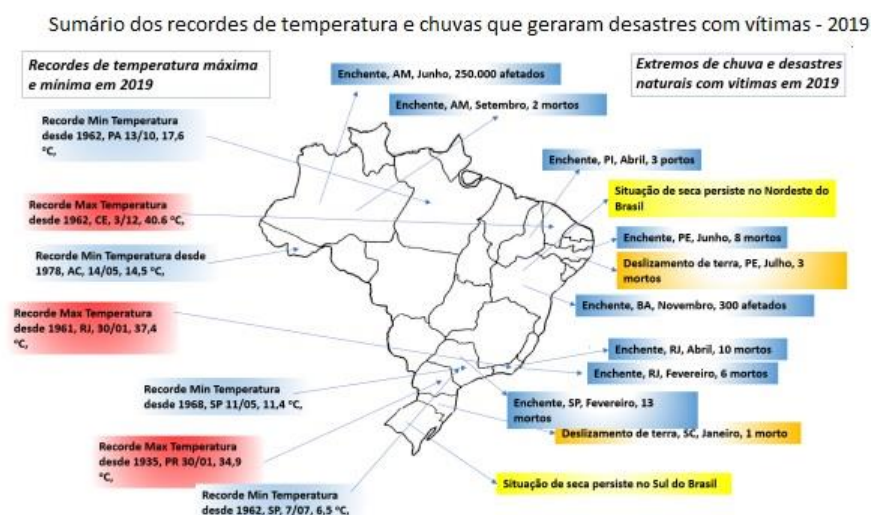
---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora do curso de Comunicação do CEUB e pesquisadora do GP-Comunicação em Emergências e Desastres, e-mail: [monica.prado@ceub.edu.br](mailto:monica.prado@ceub.edu.br).

Global warming of 1.5°C and 2°C will be exceeded during the 21st century unless deep reductions in carbon dioxide (CO<sub>2</sub>) and other greenhouse gas emissions occur in the coming decades. [...] Many changes in the climate system become larger in direct relation to increasing global warming. They include increases in the frequency and intensity of hot extremes, marine heatwaves, and heavy precipitation, agricultural and ecological droughts in some regions, and proportion of intense tropical cyclones, as well as reductions in Arctic sea ice, snow cover and permafrost. (IPCC, 2021, p. 10).

O Anuário Climático do Brasil indica que o ano de 2019 “ficou entre os quatro anos mais quentes já registrados, e que desde 2012, a temperatura média ficou em torno de 0,9°C acima da Normal Climatológica (RAMOS *et al.*, 2020, p.3). Segundo o Anuário, temperaturas mais altas do que a média anual foram registradas em Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), oeste do Paraná (PR) e da Bahia (BA), centro de Minas Gerais (MG) e Pernambuco (PE) e as mais baixas na maior parte do centro, extremo Norte e Nordeste do país. As chuvas acima da média predominaram no oeste do Amazonas e leste do Acre, além do extremo norte da Região Nordeste, Sul e Sudeste, com máxima no Amazonas (AM). A figura Sumário dos recordes de temperatura e chuvas que geraram desastres com vítimas – 2019 (Idem, 2020, p. 10) retrata o impacto da relação clima – desastre e o número de pessoas afetadas.



**Fonte dos dados:** Os dados foram disponibilizados pelo Serviço de Processamento da Informação (SEPINF) do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e Defesa Civil.

Desde março de 2020, para contextualizar com o momento presente, vivemos uma emergência sanitária internacional, por conta da pandemia covid-19, decretada pela

Organização Mundial de Saúde (OMS) e que, pela Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade), é definido como desastre natural biológico do tipo doença infecciosa gerada por vírus. Até o dia 10 de agosto de 2021, o Brasil registrava 564 mil 773 vidas perdidas para a covid-19, conforme dados da Plataforma JF (2020).

Diante desse cenário climático que tende a produzir mais danos materiais e ambientais e a fazer mais vítimas (danos humanos), considerando os aspectos de ocupação do solo em território brasileiro, apontada por estudiosos como um dos elementos de predisposição ao desastre, é relevante refletir sobre as contribuições da Comunicação para a Proteção e Defesa Civil. Desastre, de acordo com definição do Glossário de Defesa Civil (BRASIL, 1998, p. 52), é o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”, e, portanto, ocorre quando há um ecossistema vulnerável, seja pela ocupação territorial do espaço seja pela exploração e consumo dos recursos ali presentes (PINHEIRO, 2017, p.75). No caso da ocupação irregular e desordenada do solo, principalmente em área urbana, a predisposição para desastre está lá colocada e os mais atingidos são as populações mais vulneráveis, aspecto enfatizado por Rocha e Londe (2021, p. 9): “[...] pois mesmo que um desastre possa afetar todas as classes sociais, os impactos serão mais severos na população com menos recursos e menos capacidade de enfrentamento”.

Proteção e Defesa Civil é campo privativo do poder público, pois presta serviço essencial de segurança à população e ao próprio Estado, além de ter a prerrogativa de impor medidas compulsórias (SOUZA, 2020, p. 8 e pp. 22-23). Ele está definido no Anexo VI da Instrução Normativa n.2, de 20 de dezembro de 2016, como “conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos sobre a população e a promover o retorno à normalidade social, econômica ou ambiental” (BRASIL, 2016). Em 2012, pela Lei 12.608, de 10 de abril, foi instituída, no país, a Política de Proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2012). A Política estabelece o ciclo de Proteção e Defesa Civil e o divide em gestão do risco de desastre (prevenção, mitigação e preparação) e gestão de desastre (resposta e recuperação), e está alinhada com o paradigma internacional, que privilegia a prevenção ao risco do desastre, conforme diretrizes do Marco de Sandai 2015 - 2030, do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR).

## **A trilha para a reflexão**

As reflexões estão inseridas no campo da abordagem qualitativa, na qual os dados são observados, recolhidos, analisados e interpretados sem a utilização de métodos estatísticos (MINAYO e SANCHES, 1993). A abordagem qualitativa, segundo Godoy (1995, p. 62-63), valoriza (i) o ambiente natural e o pesquisador como seu observador, (ii) a preocupação com o processo e não só com os resultados, (iii) a significação que as pessoas dão às coisas e à vida, e (iv) o enfoque indutivo, que permite ao pesquisador ir construindo um quadro teórico interpretativo à medida que recolhe e analisa dados e informações. Pesquisa bibliográfica foi utilizada para conhecer o universo da Comunicação aplicada à Proteção e Defesa Civil, coerente com as explicações de Stumpf (2007, p. 51) para quem essa modalidade busca “identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes e proceder à anotação ou fichamento dos dados”, a fim de fortalecer a fundamentação teórica. Em complementação, também foi empregada pesquisa documental, que, segundo Moreira (2007, p. 276), “funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações e momentos”. Ferrari (1982, pp. 228 -229) ressalta que a pesquisa documental permite tomar conhecimento do conteúdo do documento, verificar sua veracidade, e inseri-lo num contexto a fim de compreender fatos.

## **Interesse Coletivo**

Diante de uma Política de Proteção e Defesa Civil que atua sobre a segurança da população e do próprio Estado e busca com suas ações evitar desastres e minimizar os impactos trazendo de volta uma normalidade social, o interesse coletivo deve ser o motor que move a engrenagem da comunicação. Margarida Kunsch (2011, p. 15), na introdução do livro *Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania*, aponta essa relação ao dizer: “entende-se a comunicação pública na vinculação com o interesse público, do ponto de vista tanto da teoria quanto da práxis”. O valor da informação de interesse público, como parte das relações entre Estado, sociedade e cidadão, é ressaltado em escritos de estudiosos da comunicação pública (BRANDÃO, 1998 e 2007; DUARTE, 2003; MATOS, 2007 e 2011), MONTEIRO, 2007; e PRADO, 2008 e 2011). Essa informação de interesse público se legitima, na visão do estudioso francês Pierre Zémor, quando o foco é o receptor, um cidadão ativo e ambivalente, pois é usuário dos serviços e tomador

de decisão (ZÉMOR, 2003). Ao tratar do conteúdo dessa informação, Heloiza Matos (2006, p. 65) entende que ele é orientado pelo ideal normativo das referências convencionais, tais como: interesse público e o direito à informação. Em seus trabalhos, Matos (2007 e 2011) enfatiza que esse ideal normativo exige a participação da sociedade e, portanto, os receptores são agentes ativos do processo comunicacional.

Na discussão para a formulação conceitual de comunicação pública e seu campo de atuação, Duarte (2011, p.126) aponta que tanto a comunicação governamental, e a de outros poderes do Estado, quanto a comunicação política convergem para o campo da comunicação pública, pois a interação e o fluxo de informação estão vinculados a temas de interesse coletivo. Ressalta-se que a comunicação pública também é praticada por atores sociais do terceiro setor e do setor privado. Duarte salienta que a existência de recursos públicos ou de interesse público são os vetores que caracterizam a necessidade de atender às exigências de comunicação pública. Para ele:

Esta ocupa-se da viabilização do direito social individual e coletivo à informação, à expressão, ao diálogo e à participação. Fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores. Na comunicação pública o objetivo é o atendimento do interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão. (DUARTE, 2011, 127).

Considerando os princípios da comunicação pública e a multiplicidade de atores sociais presentes no campo de atuação, Costa (2006, p.22) entende que a terminologia comunicação de interesse público é mais precisa que o de comunicação pública, pois designa melhor um conjunto de necessidades de comunicação como as ações de desenvolvimento social e as campanhas educativas e publicitárias, por exemplo. É bem verdade que, a partir desse entendimento, a publicidade de utilidade pública é uma das quatro modalidades de publicidade contratadas pelo Poder Executivo (BRASIL, 2018), e que recebe recursos sob essa rubrica para campanhas de utilidade pública (PRADO, 2009). Segundo a legislação vigente, desde 2008, “publicidade de utilidade pública: destina-se a divulgar temas de interesse social e apresenta comando de ação objetivo, claro e de fácil entendimento, com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais e/ou coletivos” (PRADO e LOPES, 2011).

## Práxis

O cidadão, ou o receptor da comunicação pública, é o centro para qual devem convergir os esforços comunicacionais, conforme apontam os estudos citados. Ele é o sujeito da comunicação e como tal traz consigo uma capacidade para agir em prol da proteção e do autocuidado. Bueno argumenta que a repetição dramática de situações críticas, com danos materiais e humanos significativos, têm evidenciado a necessidade de um competente processo de gestão de crises, para o qual “os esforços de comunicação devem ser dirigidos para formar, informar e mobilizar os interessados, a fim de minimizar o impacto provocado” (BUENO, 2012). O que se almeja diante de emergências e desastres é, como recomenda a OMS (2018), uma comunicação que permite aos cidadãos afetados compreenderem e adotarem comportamentos de proteção, pois ele é corresponsável pela solução do problema de interesse coletivo. Bueno (2012), Duarte (2011) e Kunsch (2003) destacam que o esforço de comunicação em situações críticas legitima as autoridades, quando elas criam uma relação de confiança fundamental para produzir ressonância junto aos cidadãos e aos públicos diversos tanto na difusão da mensagem como na condução da gestão da emergência e do desastre.

Duarte entende que, aliado ao conceito de comunicação de interesse público, é necessário estabelecer pré-requisitos para a ação dos agentes e das instituições. Para isso, ele propõe quatro eixos: transparência, acesso, interação, ouvidoria social.

- a) **transparência:** diz respeito a assumir compromisso com a atuação responsável no trato com as questões públicas, incluindo a oferta de informações, estímulo ao acesso, facilitação da fiscalização e a prestação de contas. Implica, também, a noção de assumir ferozmente a incorporação de valores éticos por todos os agentes públicos envolvidos;
- b) **acesso:** a sociedade deve ter facilidade de obter informações, ser estimulada e orientada a buscá-las, a dar sua opinião, a fiscalizar e a influir na gestão daquilo que é público. A informação de interesse público deve despertar a atenção, ser interpretada e apropriada pelo interessado em seus próprios termos, de maneira a que seja transformada em capacitação para reflexão e ação. Implica, assim, não apenas o atendimento, mas o atendimento adequado às necessidades de cada segmento de público, uma organização pedagógica que inclui desde linguagem adaptada, até o uso de artifícios de layout, diversidade de formatos, mídias, fluxos, horários e processos que permitam a interação adequada;
- c) **interação:** significa a criação, manutenção e fortalecimento de instrumentos de comunicação que viabilizem fluxos bi ou multilaterais, onde sejam respeitadas premissas para um diálogo equilibrado, simétrico, em que todos os envolvidos tenham igual direito e oportunidade de falar e ser ouvidos. Trata-se de estabelecer uma pedagogia da interação com a criação de produtos,



---

serviços, ambientes e situações que permitam estimular e viabilizar o acesso, a compreensão, cooperação, participação e crítica; e

- d) **ouvidoria social:** o interesse em conhecer e compreender a opinião pública e os diversos segmentos que a compõem é pressuposto para o atendimento às expectativas da sociedade. Adota as diferentes formas de pesquisa como referência e exige habilidade de compreender motivações, interesses, propostas e critérios de satisfação e assumir o compromisso de considerá-los como referência na ação. (DUARTE, 2011, p. 132).

Esses pré-requisitos reforçam o caráter público para a prática comunicacional, e apontam a direção de como deve ser praticada. Podemos inferir que a prática de Comunicação, aplicada à Proteção e Defesa Civil, deve ofertar e dar acesso à informação, e que esta informação seja formulada de modo que o receptor possa interpretar e transformá-la em capacidade de agir, o que torna necessário atender às necessidades de cada segmento de público com que os agentes de Defesa Civil interagem. Além disso, deve ofertar também a oportunidade de diálogo para que os envolvidos possam falar e serem ouvidos a fim de estabelecer interação, e deve buscar, por intermédio de pesquisas e estudos, compreender as motivações e os critérios de satisfação e tomá-los como referência no planejamento de comunicação. Mariângela Haswani (2006, p. 35) ressalta que o efeito deve ser planejado para oferecer aos cidadãos a possibilidade de exprimir de maneira ativa e substancial os direitos de cidadania a fim de contribuírem para a solução de problemas dos locais em que vivem e do país.

No eixo interação, Duarte aponta que é necessário viabilizar fluxos bilaterais ou multilaterais para a comunicação. Em gestão de comunicação para a Proteção e Defesa Civil, os fluxos bilaterais são tão importantes quanto os fluxos unilaterais e, para a construção desses dois tipos de fluxos, é fundamental levar em conta qual comunicação é mais adequada para cada uma das etapas do ciclo de Proteção e Defesa Civil. A comunicação praticada na preparação e na resposta, por exemplo, é muito mais informacional, no sentido de transmissão (fluxo unilateral) enquanto a comunicação praticada na prevenção, na mitigação e na reconstrução é muito mais comunicacional, no sentido de partilha (fluxo bilateral). O binômio informação – comunicação integra o campo de estudos da Comunicação e remete a compreender a “comunicação como partilha de experiências e como processo de criação de laços sociais entre participantes de uma comunidade democrática” (PROULX, 2015, p.57), ou como transmissão de caráter unilateral com foco na persuasão e no comportamento estímulo-resposta, também chamado de mecanicista.

## **Partilha e Transmissão**

A Comunicação aplicada à Proteção e Defesa Civil transita no eixo transmissão e partilha, e vice-versa, a depender da etapa do ciclo de gestão em que a estratégia e as ações de comunicação estão alocadas. Comunicação de mão única e de mão dupla são expressões utilizadas para caracterizar a transmissão de informação, em que o emissor transmite uma informação ao receptor (mão única) e para caracterizar o diálogo e a troca de informações entre emissor e receptor (mão dupla). Lembram Rocha e Londe (2021, p. 109) que essa comunicação de mão única em que especialistas dizem à população como proceder raramente é efetiva. Em situação de incerteza é fundamental uma comunicação de mão dupla, na qual as pessoas possam participar. É nesse contexto de participação e capacitação para o enfrentamento que é possível conhecer os modos de ocupação do território, as relações sociais que nele se fazem ou fizeram, e a história prévia aos desastres e o modo como a comunidade lidou ou ainda lida com esses eventos. Veyret (2015, p. 26) chama atenção para a relação das pessoas com os espaços geográficos e o contexto histórico que a produziu, pois, o risco e a percepção dele são construídos a partir dessa relação. Em estudos de percepção de risco para as mudanças climáticas, Grothmann e Patt (2005, pp. 200-202) mostram que, para além da relação com o espaço em que vivem ou trabalham, “a motivação e a prontidão para agir (ou para a adaptação) necessitam de estar combinadas com a percepção de risco e a capacidade adaptativa percebida pelos próprios atores sociais”. Para esses autores, para agir não basta uma elevada percepção do risco com base em dados e fatores significativos, mas sim como o próprio indivíduo avalia a sua capacidade de enfrentamento. Uma comunicação de risco deve, então, como também advogam Rocha e Londe, construir capacidades muito além de informar.

O conhecimento que as comunidades acumulam ao longo do tempo e transmitem aos seus filhos e netos pode ser muito útil na prevenção e no enfrentamento dos desastres. Também é importante o conhecimento de quem vive em determinado local e consegue identificar vias de acesso, vizinhos, líderes comunitários, problemas peculiares do lugar, atuação de agentes externos. Cada pessoa traz consigo um saber que independe das escolas e que ajuda a conviver com os problemas da área onde mora. (ROCHA e LONDE, 2021, p. 111).



A Organização Mundial da Saúde (OMS), em seus estudos e recomendações sobre comunicação risco, ressalta que a população deve ser ouvida pelos peritos e autoridades de modo que o aconselhamento e as orientações no enfrentamento sejam relevantes, confiáveis e aceitáveis por esse público. Segundo a OMS (2018), “a comunicação dos riscos é parte integrante de qualquer resposta a emergências [...] Durante as epidemias, pandemias, crises humanitárias e catástrofes naturais, uma comunicação eficaz dos riscos permite às pessoas que se encontram em maior perigo compreenderem e adotarem comportamentos de proteção”.

Além da recomendação de escuta ativa por parte da OMS, o Marco de Sendai reforça a necessidade do uso dos mais diversos canais para comunicar o risco e disseminar medidas de prevenção e cuidados, “incluindo mídias sociais, meios de comunicação tradicionais, *big data* e redes de telefonia móvel para apoiar medidas nacionais para a comunicação bem-sucedida do risco de desastres” (ONU, 2015, p.11-12). Rocha demonstra o resultado do uso de mídias sociais na operação de resposta ao desastre de Brumadinho<sup>3</sup> enfatizando “o ganho em termos de imagem de corporação, de fortalecimento da imagem institucional [...]” e de alcance, pois o perfil oficial da instituição no Instagram “deixou de falar para um público muito segmentado, para falar para um público amplo que quer conhecer a atuação do Corpo de Bombeiros e saber sobre prevenção a desastres” (2020, p. 75-76).

O Marco de Sendai promove a comunicação como pilar para a gestão do risco e a gestão de desastres e como ponte entre os atores envolvidos no sistema de governança. Enfatiza o uso de tecnologias como canal de disseminação de informação e a realização de campanhas públicas educativas para promover a cultura de prevenção (ONU, 2015).

### **Considerações Finais**

As reflexões aqui relatadas mostram que muito ainda há o que estudar, dialogar, pesquisar e sistematizar sobre Comunicação aplicada à Proteção e Defesa Civil. Diversos aspectos são necessários levar em conta pois, afinal, para além da comunicação com a

---

<sup>3</sup> O desastre de Brumadinho ocorreu, em 25 de janeiro de 2019, causando 270 mortes, incluindo os desaparecidos. Mais informações na página da Wikipedia sobre o assunto: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rompimento\\_de\\_barragem\\_em\\_Brumadinho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rompimento_de_barragem_em_Brumadinho)

população vulnerável ao risco de desastre (público-alvo finalístico), há também a comunicação institucional e a comunicação de *advocacy* com os *players*, considerando a forma sistêmica de atuação a partir do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), que é coordenado por uma estrutura institucional em cada nível de governo, sendo ela, então, a responsável pela articulação com os demais órgãos públicos e entidades privadas na execução de ações de gerenciamento do risco e de desastre. A multiplicidade de atores, a atuação articulada, e as atividades singulares e específicas para cada uma das etapas da gestão do risco de desastre e da gestão do desastre impõem reflexão teórico-empírica à Comunicação aplicada à Proteção e Defesa Civil. O interesse coletivo inerente à tarefa privativa do poder público de prestar serviço essencial à população sinaliza ser a comunicação pública a ancoragem.

No entanto, é preciso reconhecer os desafios e a necessidade de uma multiplicidade de saberes e fazeres comunicacionais. Em diversos momentos, é a partilha que deve ser priorizada, em outros, como os de alerta e alarme, por exemplo, é a transmissão. Esses eixos pelos quais transita a comunicação em Proteção e Defesa Civil também requerem modalidades de atuação diferenciadas em comunicação que vão de treinamento para evacuação a momentos lúdicos de educomunicação, isto é, momentos mais organizados e disciplinados e momentos mais livres e descontraídos.

Essa multiplicidade de saberes e fazeres em comunicação também requer um perfil profissional que pode ser ou não híbrido, mas que deve, ao menos, conhecer, o aporte teórico e as mais diversas práticas, entre ações, produtos e serviços comunicacionais que podem ser utilizados para treinamento de porta-vozes como para uso efetivo de mídias sociais, para citar dois deles.

Os aspectos aqui elencados apontam oportunidades para futuros estudos.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Elizabeth. Comunicação Pública. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, XXI, Recife, set. 1998. Anais. São Paulo: Intercom, 1998.

\_\_\_\_\_. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007, pp. 1-33.

BRASIL. **Lei no 12.608, de 10 de Abril de 2012**. Brasília, DF. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112608.htm). Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. **Instrução Normativa Nº 02, de 20 de dezembro de 2016**. ANEXO VI, item I – Proteção e Defesa Civil. Disponível em: [http://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/defesa-civil/arquivos\\_restritos/files/documento/2018-12/Anexo\\_VI\\_Conceitos.pdf](http://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/defesa-civil/arquivos_restritos/files/documento/2018-12/Anexo_VI_Conceitos.pdf). Acesso em: 30 jul. de 2021.

BRASIL [Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Especial de Políticas Regionais, Departamento de Defesa Civil]. **Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres**. 2ª Edição Revista e Ampliada (org. Antônio Luiz Coimbra de Castro). Brasília, 1998.

BRASIL. **Instrução Normativa no. 2, de 20 de abril de 2018**. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/05/2018&jornal=515&pagina=2>. Atualiza Acesso em: 30 jul. 2021.

BUENO, W. DA C. No Olho Do Furacão: gestão e estratégias de comunicação em situações críticas. **E-Compós**, 2012.

COSTA, João Roberto Vieira da. **Comunicação de Interesse Público: ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor**. São Paulo: Jaboticaba, 2006.

DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. In: MARTINS, Luiz (org.). **Algumas Abordagens em Comunicação Pública**. Brasília-DF: Casa das Musas, 2003.

\_\_\_\_\_. Sobre a emergência do conceito de comunicação pública. In: KUNSCH, M. **Comunicação Pública, Sociedade de Cidadania**. 1ª ed. São Caetano do Sul, SP: Editora Difusão, 2011, pp. 121-134.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: 35 (2), pp. 57-63, 1995.

GROTHMANN, T. e PATT, A. Adaptive capacity and human cognition: the process of individual adaptation to climate change. **Global Environmental Change**, 15, 199-213, 2005.

HASWANI, M. Comunicação Governamental: em busca de um alicerce teórico para a realidade brasileira. In: **Organicom: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, ano 3, no. 4, 1º semestre de 2006.

IPCC. Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2021: The Physical Science Basis**. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [MassonDelmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J. B. R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/#SPM>. Acesso em: 9 ago. 2021.

KUNSCH, Margarida. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

---

KUNSCH, Margarida (org.). **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ªed. São Caetano do Sul, SP: Difusora Editora, 2011.

MINAYO, S. e SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MATOS, Heloiza. Comunicação política e comunicação pública. In: **Organicom: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. São Paulo: ECA-USP, n.4, p. 60-73, 2006.

\_\_\_\_\_. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J. (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007, pp. 47-58.

\_\_\_\_\_. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, Margarida (org.). **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ªed. São Caetano do Sul, SP: Difusora Editora, 2011, pp. 39-60.

MONTEIRO, G.F. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, J. (org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007, pp. 34-46.

MOREIRA, S.V. Análise documental como método e como técnica, In: DUARTE, J. e BARROS, A. (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, capítulo 17, pp. 269-279.

OC (OBSERVATÓRIO DO CLIMA). **IPCC AR6, WG1: Resumo Comentado**. 2021. Disponível em: [https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/08/OC-IPCC-AR6-FACTSHEET\\_FINAL.pdf](https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/08/OC-IPCC-AR6-FACTSHEET_FINAL.pdf). Acesso em: 9 ago. 2021.

OMS/WHO. **Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência** [Communicating risk in public health emergencies: a WHO guideline for emergency risk communication (ERC) policy and practice]. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2018.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030**. United Nations World Conference on Disaster Risk Reduction. III. Sendai, mar. 2015. Disponível em: [MarcodeSendaiPortugues.pdf \(ceped.pr.gov.br\)](http://www.undisasterreduction.org/files/2015/03/Marco-de-Sendai-Portugues.pdf) . Acesso em: 27 jul. 2021.

PINHEIRO, E. G. **Gestão Pública para a Redução dos Desastres: Incorporação da variável risco de desastre à gestão da cidade**. Curitiba: Appris, 2015.

PLATAFORMA JF – **Plataforma Análise Estatística da Covid-19**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2020. Disponível em: <http://jfsalvandotodos.ufjf.br/#/>. Acesso em: 10 ago. 2021. Base de Dados.

PRADO, Mônica (org.). **Coletânea @ Pública – Práticas de Comunicação Pública em Brasília**. Brasília, DF, Centro Universitário de Brasília, 2008. ISBN: 978-85-61990-10-7. Disponível em: [Livro Colet Publica.pdf \(uniceub.br\)](http://www.uniceub.br/livro-colet-publica.pdf). Acesso em: 30 jul. 2021.

---

PRADO, Mônica. Publicidade de utilidade pública no Brasil: algumas reflexões. In: PAULINO, Fernando Oliveira (Org.). **Lusocomum: transparência, governança, accountability e comunicação pública**. Brasília: Casa das Musas, 2009, p. 195-212

PRADO, Mônica e LOPES, Victor. Campanha pública educativa: teoria e técnicas publicitárias. In: **Universitas Arquitetura e Comunic. Social**. Brasília - DF, v. 8, n. 2, p. 57-79, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/arqcom/article/view/1492>. Acesso em: 30 jul. 2021. DOI:10.5102/uc.v8i2.1492.

PROULX, S. As pesquisas norte-americanas sobre a comunicação: a institucionalização de um campo de estudo. In: **Questões Transversais, [S. l.]**, v. 2, n. 4, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/9620>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RAMOS, A. *et al.* **Anuário Climático do Brasil – 2019**. INPE: Ano 02 – Número 02, 2020. Disponível em [file:///C:/Users/usuario/Downloads/AnuarioClima2019-VF\\_New-1.pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/AnuarioClima2019-VF_New-1.pdf). Acesso em: 30 jul. 2021.

ROCHA, T. R. **O papel da comunicação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais na fase de resposta a desastres a partir do estudo da operação Brumadinho**. [s.l.] Fundação João Pinheiro - Curso de Especialização em Gestão e Proteção Civil, 2020.

ROCHA, V. e LONDE, L.R. **Desastres: velhos e novos desafios para a saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

SOUZA, J. **Gestão Pública em Proteção e Defesa Civil (livro eletrônico)**: material didático do curso de especialização. Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e Universidade Federal de Juiz de Fora. 1ª ed. Juiz de Fora, MG, 2000.

STUMPF, I.R. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p.51.

VEYRET, Yvette. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. [tradutor Dilson Ferreira da Cruz]. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

ZÉMOR, Pierre. A comunicação pública. Tradução resumida e comentada do livro *La Communication Publique* (1995). In: MARTINS, Luiz (org.) **Algumas abordagens em Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2003, pp. 76-103.